

O estudante pobre na Universidade Federal de Minas Gerais: uma abordagem histórica*

The underprivileged student in the Federal University
of Minas Gerais: a historical approach

Écio Antônio Portes**

RESUMO

O propósito deste artigo é discutir e analisar como um determinado conjunto de ações, inicialmente de jovens estudantes e, posteriormente, de instituições, permitiu a permanência de estudantes pobres na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde os seus primórdios. Para a análise, foram utilizados documentos oficiais da UFMG e documentos inéditos produzidos pela Caixa dos Estudantes Pobres Edelweiss Barcellos entre 1932 e 1935. O artigo mostra como o acolhimento do universitário pobre foi lento e gradativo, enfrentando sempre a resistência institucional, e, ainda, como o engajamento de personalidades como Mendes Pimentel e Baeta Vianna favoreceu a criação de uma assistência aos universitários pobres, hoje prestada pela Fundação Universitária Mendes Pimentel.

Palavras-chave: Sociologia da Educação. Estudantes pobres. Assistência universitária.

ABSTRACT

This article intends to discuss and to analyze how a set of actions initially taken by young students and, later on, by institutional actions have made possible the permanency of underprivileged students in

* Este artigo é parte modificada do primeiro capítulo da minha tese de doutorado *Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG – um estudo a partir de cinco casos*, orientada pela professora Dra. Maria Alice Nogueira, a quem agradeço penhoradamente.

** Professor do Departamento das Ciências da Educação da Universidade Federal de São João del-Rei. e-mail: eaportes@ufsj.edu.br

the Federal University of Minas Gerais (UFMG), since its establishment. UFMG official documents were used to carry out the analysis, and a set of original documents, produced by the Underprivileged Students Fund, Edelweiss Barcellos, between 1932 and 1935. Among other conclusions, the article shows that the entrance of such students was slow and gradual, always facing institutional resistance. It also shows, as a result of the involvement of actors such as Mendes Pimentel and Baêta Viana, the establishment of a foundation to assist underprivileged university students, known today as Fundação Universitária Mendes Pimentel (Mendes Pimentel University Foundation).

Keywords: Sociology of Education. Underprivileged students. University Assistance.

A Universidade Federal de Minas Gerais possui, nos dias de hoje, um forte aparato institucional de apoio ao estudante que, sendo pobre, não pode financiar a sua "aventura universitária". Trata-se de um leque de benefícios distribuídos pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), tais como subsídio para alimentação, bolsa de trabalho, bolsa de manutenção, ajuda para aquisição de material didático, assistência médica, psicológica, psiquiátrica e social, entre outros.

Com o empobrecimento da baixa classe média, a FUMP tem-se visto pressionada a atender principalmente àquela fração da sociedade cuja renda familiar se situa na faixa de até cinco salários mínimos (18,67%), denominada classe C.¹ Quando se observam os dados produzidos pela FUMP com relação ao universo total dos atendidos no ano de 1996,² constata-se que ela atende, em seus diferentes serviços, a 8% da população discente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), número bem próximo do correspondente ao grupo dos mais necessitados, pertencentes às classes D e E, no perfil da Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado (ABIPEME): 6%. Pode-se dizer que, nos dias atuais, os estudantes pobres são amplamente beneficiados pelos serviços oferecidos pela Fundação. É inimaginável,

¹ Os dados produzidos pela UFMG (Perfil, 1996), referentes a um universo correspondente a 925 estudantes, mostram, de acordo com uma classificação da ABIPEME, que 28,5% dos universitários pertencem às classes C (22,65%), D (5,45%) e E (0,5%).

² Números fornecidos pelo Departamento de Estatística FUMP.

no caso da UFMG, como seria a vida do estudante mineiro mais necessitado sem a ajuda prestada pela FUMP.

Diante disso, caberia perguntar, e este é o objeto principal deste trabalho: que conjunção de fatores (culturais, históricos, políticos e sociais) permitiu a lenta e gradativa construção do aparato de apoio aos “desprovidos de fortuna” e o seu acolhimento no interior dessa universidade pública mineira?

Para investigar essa questão utilizei como fontes básicas documentos inéditos sobre a Caixa dos Estudantes Pobres Edelweiss Barcellos (CEPEB), encontrados nos arquivos do Departamento de Serviços Gerais da UFMG, documentos produzidos pela FUMP e atas do Conselho Universitário da UFMG, de 1927 até o momento do reconhecimento dos estatutos da entidade pelo governo Federal, em 5 de janeiro de 1956, quando já se havia instalado um modelo de atendimento assistencial reservado aos pobres na Universidade, muito antes de os estudantes efetuarem demandas formais nesse sentido.³ Consultei, ainda, estudos produzidos acerca dessas instituições.

As referências que aparecem no material e nos textos consultados sobre o “estudante pobre” podem ser compreendidas a partir daquele conceito, utilizado por Abranches (1995), de pobreza como “destituição, marginalidade e desproteção” dos meios de sobrevivência física, dos benefícios do progresso e do acesso às oportunidades (escolares, de moradia, de saúde, de trabalho, etc.). Era considerado pobre para os órgãos de assistência ligados à UFMG, no período de 1927 a 1953, aquele que, declarando-se desprovido de condições materiais para se sustentar na Universidade, se submetesse a uma visita domiciliar para verificação de suas condições de sobrevivência e conseguisse provar, mediante testemunhas reconhecidas socialmente e idôneas, a sua condição de pobre. Mas, ainda, tinha sobretudo que demonstrar possuir “dons” que justificassem um “amparo”, uma “ajuda”. Essa dimensão simbólica era discriminatória, tanto no sentido de favorecer os auxílios demandados como no de negá-los àqueles que não eram “recomendados pela ausência de aplicação e inteligência”.

³ Segundo Cunha (2000, p.176), na Carta da Bahia elaborada pela UNE em 1961, os signatários reivindicam “assistência aos estudantes, como bolsas, alimentação, alojamento e trabalho remunerado dentro da universidade; incentivo à pesquisa científica, artística e filosófica”.

A pobreza é sempre provida de dimensões simbólicas, como nos mostram Zaluar (1985) e Sarti (1996). E, no caso dos estudantes pobres da UFMG, uma dimensão simbólica bastante visível era a da luta pelo título superior, com todas as circunstâncias que a cercavam, em um momento em que a educação era restrita a muito poucos, principalmente em um espaço como o do ensino superior no Brasil dos anos 30.

A possibilidade da presença do estudante pobre no interior da UFMG parece estar estreitamente relacionada com todo um movimento de apoio, de amparo e de ajuda e com uma filantropia “institucionalizada”, empreendida e gerenciada pelas famílias pertencentes a uma emergente burguesia urbana na nova capital do Estado de Minas Gerais, constituída basicamente de “altos” funcionários públicos. Como hipótese, pode-se até pensar que se tratava de uma ajuda a um outro contingente também de funcionários públicos, porém pobre, que necessitava da contribuição social e econômica daqueles mais aquinhoados, e mesmo do Estado, para ter acesso aos níveis mais elevados de ensino.⁴

A Universidade Federal de Minas Gerais nasceu da associação de quatro faculdades isoladas, criadas no início do século XX: a Faculdade Livre de Direito, criada em Ouro Preto em 1892, que se transferiu para Belo Horizonte em 1898; a Faculdade de Medicina (1911), a Escola Livre de Engenharia (1911) e a Faculdade Livre de Odontologia (1907). A essa última se associaria o Curso de Farmácia (1914). Desse conjunto de instituições, seria criada, em 7 de setembro de 1927, por meio de decreto do presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, a Universidade de Minas Gerais, federalizada em 1949.⁵

Para reitor da nova instituição universitária o presidente do Estado convidou o decano dos professores de ensino superior da capital, o professor Francisco Mendes Pimentel, à época diretor da Faculdade Livre de Direito. Nas palavras do memorialista Pedro Nava, “não havia outro para representar aquele papel no cenário do ensino mineiro”, porque ele “foi a seu tempo (e dizer isto não diminui os outros) o mais conceituado advogado de Belo Horizonte, uma espécie de chefe e *bâtonnier* moral de todos os seus colegas de classe”, além de ser “modelo de homem íntegro e cidadão exemplar” (Nava, 1983, p. 55).

⁴ Peixoto (1998), em seu trabalho sobre a assistência ao universitário da UFMG, apresenta outras possibilidades, além das aqui apontadas, para as origens da assistência.

⁵ Para maiores detalhes sobre a criação dessa universidade, consulte-se Moraes (1971).

Mendes Pimentel se autodenominava um republicano histórico. Conviveu, durante sua formação na Faculdade de Direito de São Paulo, entre os anos de 1885 e 1889, com as duas questões mais polêmicas da época: a libertação dos escravos e a proclamação da República. Em meio a essa efervescência, parece ter formado uma concepção do trabalho como elemento fundamental para o “aperfeiçoamento humano” e integrador do “proletariado” na sociedade brasileira. Essa concepção irá orientar suas ações e manifestações como deputado estadual e federal e, principalmente, como professor, seja no ensino secundário (História, Pedagogia e Geografia), seja no ensino superior, como professor de Direito Penal (Ver Pimentel, 1949).⁶ Mas o “aperfeiçoamento” e a integração do “proletariado” passavam por um projeto de educação das “massas populares”, (1949, p.27) “por uma verdadeira educação popular”(1949, p.30).

Em discurso pronunciado na sessão de 6 de junho de 1896 na Câmara Mineira dos Deputados, Mendes Pimentel dizia que organizar o ensino profissional e o ensino técnico primário, artístico e industrial era pensar na “independência econômica” do país – pois, segundo ele, não passávamos, do ponto de vista econômico, de “uma espécie de feitoria das potências industriais” e nos tornáramos uma “colônia de muitas metrópoles”(1949, p.31). Cuidar da educação popular era para ele um compromisso dos republicanos históricos. E concluía: “para o pobre, para o operário, para o proletariado, para o verdadeiro povo, enfim, cessa a educação aos primeiros passos da vida; para o rico, para o abastado, o Estado a acompanha com a tutela solícita através do ensino secundário e superior até conferir-lhe um grau científico que social e legalmente o coloca em posição vantajosíssima na competência vital” (1949, p.33). Mendes Pimentel, já naquela época, tinha uma visão bastante clara do abandono ao qual estavam entregues as camadas menos favorecidas da sociedade, no que se refere aos equipamentos necessários para a sua sobrevivência e a educação de seus filhos:

à grande massa nós mal ministramos um ensino ilusório, sem valor prático e sem sistematização científica, atirando anualmente à luta

⁶ Em 1949, é lançado o livro *Jornalista e político, professor, jurista*, edição comemorativa elaborada pela família de Mendes Pimentel por ocasião da comemoração do octogésimo aniversário do seu progenitor e sexagésimo ano de sua atividade forense, oferecida “exclusivamente aos que participaram da solenidade”.

pela vida dezenas de milhares de indivíduos completamente desprovidos e desaparelhados de meios e habilitação para lutar e para viver, ao passo que assim se procede para com o povo, desabrocha o Estado em favores para uma minoria feliz e favorecida com o ensino secundário e superior (1949, p.32).

Vê-se claramente que ele não clamava por uma educação qualquer para as camadas populares, mas sim por uma educação com “sistematização científica”, que pudesse funcionar como instrumento, como capital para enfrentar as necessidades sociais e como forma de inserção no mercado de trabalho.

Mas a construção desse projeto pedagógico possuía ainda outras finalidades. Tratava-se de uma resposta possível, à época, à propagação, no Brasil, das “idéias socialistas e anarquistas” que frutificavam e ganhavam corpo na Europa. Nesse caso, há necessidade, segundo ele, de

todo um esforço patriótico para educar o operário na escola do trabalho e do cumprimento dos deveres cívicos, para que, quando o vagalhão do socialismo atravessar de lado a lado o Atlântico e vier quebrar-se estuante às praias brasileiras, o nosso proletariado esteja preparado para exercer os seus direitos e cumprir os seus deveres e não se subverter, não pereça nos vórtices da anarquia, arrastando consigo talvez, a própria pátria (1949, p.31)

Uma de suas referências para a educação do proletariado era Jules Ferry, ministro e reformador do ensino primário francês no século XIX. Gostava de citá-lo: “apoiar a oficina é levantar a pátria” (1949, p.31). De forma apocalíptica, concluía Mendes Pimentel: “o quarto *estado* se organiza e dentro em pouco num preamar colossal há de avassalar o mundo inteiro”(1949, p.33). Na construção do projeto educativo, seria necessário ter a “coragem do sacrifício em bem do pequeno e do anônimo”(1949, p.89), ou seja, efetuar um movimento concreto, “às palavras seguindo-se os atos”(1949, p.13), como ele dizia.

Percebe-se que a relação de Mendes Pimentel com as questões educacionais iam muito além de suas preocupações com o ensino superior e com a “formação do vasto proletariado oficial dos empregados públicos” (1949, p.36), que marcava de forma acentuada a população de Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX. Mendes Pimentel envolveu-se também na criação do Instituto João Pinheiro, órgão que se ocupava com a educação, na capital mineira, de uma gama de pobres

menores, órfãos e abandonados, entre outros, como nos mostra Faria Filho (1991).

Pode-se dizer, assim, que todo o movimento em prol da assistência aos “jovens pobres” apoiou-se nas teses liberais de Francisco Mendes Pimentel – nas palavras de Nava (1983, p.56), “artífice” e “professor na expressão integral do termo, pela dedicação e interesse que sempre demonstrou pelo ensino”. E o olhar de Mendes Pimentel parecia orientar-se para um tipo específico de estudante que, proveniente das camadas populares, havia conseguido ultrapassar os pórticos dos cursos superiores existentes à época, vencendo as barreiras econômicas e sociais colocadas em seu trajeto. Mas a permanência desse tipo de estudante em um curso superior – sempre ameaçada pelas “más condições de fortuna” – exigia mais do que o reconhecimento de seu direito de acesso. Exigia ações no sentido de que se propiciassem as condições de realização do curso.⁷

A primeira entidade voltada para esse propósito aparece identificada nos registros bem antes da criação da Universidade de Minas Gerais em 1927. Trata-se da Fundação Affonso Penna, instituída anonimamente na Faculdade de Direito em 10 de agosto de 1912, “para prestar assistência aos alunos carentes de recursos”. Essa fundação contava com um patrimônio inicial de um conto de réis, “além de duzentos mil réis mensais, doados pelo professor Mendes Pimentel”, seu criador e diretor da Faculdade à época (Derzi, 1976). Essa foi a primeira entidade da Faculdade em que os alunos e professores co-participavam de decisões, de acordo como Misabel de Abreu Machado Derzi. Entretanto, “os dados referentes às atividades do corpo discente são paupérrimos. Sobre o assunto não há documentação organizada” (Afonso & Derzi, 1977), lamentam as historiadoras da Faculdade de Direito da UFMG.

Já como reitor, na seção do dia 16 de novembro de 1929, o professor Mendes Pimentel defendia junto ao Conselho Universitário a criação de uma taxa de assistência:

para auxiliar a Associação Universitária Mineira (AUM), no seu departamento de assistência aos *moços pobres*, foi pelo Conselho criada

⁷ Não se trata aqui de dizer, ingenuamente, que todo o trabalho de assistência empreendido em função de auxiliar os “moços pobres” seja obra exclusiva de Mendes Pimentel. O que se quer dizer é que, nos documentos consultados, os princípios orientadores de uma assistência institucional, organizada e metódica, direcionada para esse tipo de estudante, vêm sempre associados ao nome e às ações do professor. Após a sua saída do reitorado em 1930 é que a figura do professor José Baeta Vianna se tornará presente e marcante na construção da Assistência.

uma taxa; o direto auxílio pecuniário, assim como a matrícula gratuita aos *moços em más condições de fortuna*, eram dados por empréstimos de honra, forma que não aviltava os beneficiados e que previa a volta ao mealheiro de assistência das quantias aplicadas em amparo a *estudantes necessitados* (1949, p. 99). (grifos nossos).

De uma forma ou de outra, o professor Mendes Pimentel apoiou e incentivou, em sua gestão (1927-1930), a criação e a manutenção de instituições que angariassem recursos para a causa do estudante pobre de Minas Gerais. Datam de sua gestão a criação da Associação Universitária Mineira (AUM) (que seria substituída pelo DCE em 1932) e da Caixa dos Estudantes Pobres Edelweiss Barcellos, esta em 9 de julho de 1930. Foi ele, também, quem obteve autorização da Congregação da Faculdade de Direito para transferir para a AUM o patrimônio da Fundação Affonso Penna, já que as duas possuíam fins semelhantes. Empenhou-se ainda, junto ao presidente Antônio Carlos, para que se transferisse da esfera política para a AUM a possibilidade de indicar, e então de forma mais criteriosa, os alunos beneficiários das vagas gratuitas oferecidas pelas faculdades que compunham a Universidade, “até então preenchidas por ordem direta da Secretaria do Palácio Presidencial”.⁸ E empenhou-se também em garantir subsídio àquelas entidades, por meio da criação de uma contribuição paga por todos os estudantes no ato da matrícula.⁹

Como se sabe, Mendes Pimentel não pôde, depois do “conflito de 18 de novembro” de 1930 (Pimentel, 1931), dar continuidade a seu trabalho no reitorado da UMG e, por conseguinte, a sua obra de benemérito da assistência ao estudante pobre. Após o “malvado dia”,¹⁰ exonerou-se do cargo de reitor. Entretanto, a presença dos “moços pobres”, como se

⁸ Conforme ofício escrito de próprio punho pelo reitor, datado de 25 de janeiro de 1930. Ver ainda Moraes, vol. II, p.54.

⁹ É importante esclarecer que essa é a forma histórica de manutenção da FUMP e a que ainda permanece nos dias atuais.

¹⁰ Trata-se do grave conflito ocorrido entre estudantes e professores da Universidade de Minas Gerais, quando da decisão do Conselho Universitário – diante da autonomia econômica, administrativa e didática que a Universidade possuía – de não acatar o decreto federal, de 14 de novembro de 1930, que “resolvia fazer passar de ano e formar sem exames os estudantes e concluintes de cursos de todo o território nacional”. Como saldo do conflito, ocorreu a morte de um estudante de Medicina baleado por um dos filhos de Mendes Pimentel, vários carros incendiados, depredação do prédio da Faculdade de Direito, agressão física a professores, a renúncia do reitor e a cassação, em 30 de novembro, da autonomia universitária. Para maiores detalhes, ver Nava (1983), p.51 e seguintes.

dizia à época, justificava o lançamento em solo universitário mineiro da semente da assistência ao estudante.

A seguir, analisarei dois movimentos, intimamente interligados, que levaram à confirmação da existência de estudantes pobres no ensino superior e à instituição da assistência a esse tipo de estudante na UFMG: o relativo à Caixa dos Estudantes Pobres Edelweiss Barcellos e o da organização da Assistência aos Universitários.

DA CAIXA DOS ESTUDANTES POBRES EDELWEISS BARCELLOS À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA AOS UNIVERSITÁRIOS MENDES PIMENTEL

Faz parte das lamentações dos pesquisadores brasileiros a falta de dados que possibilitem conhecer melhor o estudante universitário do passado. No caso da UFMG, ao buscar nas atas do Conselho Universitário elementos que pudessem ilustrar as circunstâncias de surgimento do estudante pobre, deparei com a primeira prestação de contas da gestão da senhora Daisy Prates à frente da Caixa dos Estudantes Pobres junto ao Conselho Universitário. Na oportunidade, o professor Baeta Vianna salientou o fato de que a Diretora da Caixa proporcionara matrículas a *alunos necessitados em número maior* do que o correspondente à subvenção recebida da Universidade (de 300 mil réis mensais) e propôs em ata “que ficasse consignado um voto de aplausos à sua Diretoria, pela eficiência e dedicação com que [vinha] gerindo os interesses da Caixa”.¹¹ A partir dessa referência quantitativa contida na Ata do Conselho Universitário do dia 9 de julho de 1932, orientei minhas buscas para identificar possíveis registros produzidos pela Caixa.

Os documentos e registros, originais e inéditos, produzidos entre os anos de 1932 e 1935 – detalhados questionários de pedido de auxílio, cartas, pareceres, pedidos políticos, extratos de entrevistas, livro-caixa, livros de benefícios deferidos/indeferidos, livros dos chás beneficentes “Bola de Neve”, etc. –, encontrados nos arquivos do Departamento de Serviços Gerais da UFMG, dadas a sua riqueza e a quantidade de detalhes que contêm, sugerem a possibilidade de uma pesquisa que extrapola os objetivos deste texto. Esse conjunto de documentos deve permitir um

¹¹ Livro de Atas do Conselho Universitário da UFMG, nº1, p.129-30.

estudo mais aprofundado e uma reconstrução bastante completa do período ao qual de refere. Serão, portanto, cuidadosamente revisitados em outra oportunidade, não só como fonte, mas também como objeto de estudo.¹²

Para o presente trabalho, extraí dessa fonte documental dados condizentes com o objetivo de identificar aqueles sujeitos que adentravam os pátios da UFMG para demandar “auxílio”, “ajuda”, “benefícios” e “favores” que os levassem a alcançar a formação universitária. Trata-se de informações sobre origem geográfica, origem social, filiação, ocupação dos pais, trajetória escolar, condições de vida e de estudos, entre outras.

Relativamente a estudantes pertencentes aos quadros da Universidade, consultei 61 processos destinados a analisar e verificar seu “estado de pobreza”, 58 cartas que funcionavam como pedido ou reforço de pedido relativo a processo encaminhado, 49 documentos (listas, recibos, anotações de deferimento, etc.) comprobatórios da “distribuição” de “auxílios” e de “benefícios” a algumas dezenas de requerentes ao longo daqueles quatro anos.

Em relação ao período mencionado, verifica-se, a partir dos dados, que 281 estudantes universitários *demandaram*: auxílio para pagamento de matrícula, de taxas de exame e de diploma; auxílio para pagamento de parcelas de prestações escolares; auxílio para manutenção pessoal; pedidos de emprego e intervenção para remoção de local de trabalho; interferência junto à direção de estabelecimento escolar para merecer perdão ou anistia após expulsão; e financiamento da estada de estudantes acometidos de tuberculose vindos de outros Estados.

Vê-se, por esse conjunto de solicitações, que os benefícios da Caixa dos Estudantes Pobres eram variados e dirigiam-se sempre ao “bem-estar e permanência do estudante” na capital mineira. Pode-se afirmar com precisão que 94 estudantes tiveram seus pedidos atendidos pela Caixa, que priorizava sobremaneira os estudantes de Medicina (38,3%), os de Direito (32%) e os de Odontologia e Farmácia (14,9%). Os outros, de Engenharia, Veterinária e Agronomia, aparecem de forma mais dispersa.

¹² Segundo Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (1999), pode acontecer de o pesquisador buscar nas fontes ilustrações para as suas formulações, o que difere de olhar para os documentos como fonte e objeto de estudo.

Esses estudantes eram geralmente provenientes do interior de Minas Gerais, de uma profusão de cidades, sem predominância de nenhuma na oferta de estudantes pobres às escolas superiores da capital. Poucos eram os nascidos em Belo Horizonte. Chegando à cidade, passavam a morar com parentes, de favor com amigos e conhecidos ou se alojavam em pequenas repúblicas que atendiam a esse tipo de clientela.

Sabe-se, por meio dos 61 questionários respondidos pelos estudantes, que eles concluíram o ginásio em 28 diferentes estabelecimentos de ensino, situados, predominantemente, na Zona da Mata, nas cidades coloniais e na capital mineira. É marcante a presença daqueles que passaram pelo Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, pelo Ginásio Santo Antônio de São João del-Rei, pelo Colégio Arnaldo de Belo Horizonte e Grambery de Juiz de Fora. Ainda um grupo significativo de estudantes relata ter efetuado os estudos "particularmente". Observando-se a denominação dos ginásios freqüentados, pode-se inferir que a metade deles pertencia a ordens religiosas.

Sabe-se ainda que a idade média dos estudantes era de 22,9 anos, no momento de demanda dos auxílios. Seria difícil precisar a idade média de entrada deles nos cursos, pois nem todos declaravam com precisão o ano do curso em que se encontravam. Desnecessário é dizer que se tratava de estudantes homens. Apenas duas mulheres figuram no conjunto de processos analisados. Entretanto, comprovadamente, sabe-se, pelas listas e pelos cadernos de benefícios, que seis mulheres mereceram os auxílios da Caixa: três na Medicina, duas na Odontologia e uma na Engenharia. Entre elas, A. Motta, estudante de Medicina que foi assumida pela Caixa de 1932 a 1935.

Em 97% dos casos, eles (e também elas) eram solteiros.¹³ Parte significativa (39%) recebia algum auxílio de família, de conhecidos, de protetor ou benfeitor, da ordem de 100 mil réis mensais (em média), mas isso não era suficiente para fazer frente a despesas escolares, habitação e manutenção pessoal, segundo relatos. Os dados sobre esse conjunto de jovens indicam ainda que 38% deles trabalhavam antes de entrarem para a Universidade, e nas mais variadas funções, mas sempre ocupando postos, tais como regente, auxiliar de escritório, professor, empregado do

¹³ Esses dados referem-se mais precisamente a 61 processos de estudantes do ensino superior, nos quais as informações estão mais completas e permitem esse tipo de leitura.

comércio, repórter, caixeiro, inspetor de alunos, que se distanciavam das ocupações manuais. Alguns poucos registros acusam atividades como faxineiro, guarda-civil ou praticante da Estrada de Ferro Central do Brasil. Note-se que é marcante a ocorrência de atividades relacionadas com o ensino, como se mencionou.

Após a entrada nos cursos universitários, a relação com o trabalho pouco se altera: 36% dos estudantes continuam a depender do trabalho como forma de enfrentamento de suas necessidades. As justificativas constantes nos processos deixam antever a insuficiência do salário recebido (algo em torno de 220 mil réis, em média) para a manutenção na vida universitária. Um número de estudantes da ordem de 33% relata estar às voltas com dívidas contraídas para fazer frente às despesas pessoais e escolares.

A renda mensal dos pais, declarada pelos estudantes, gira em torno de 440 mil réis, diminuída por um fator materialmente empobrecedor da família: o alto número de filhos (sete em média). Associado a isso, conforme indicam os dados, há um grande esforço da família para manter os outros filhos também estudando. Nesses casos, a família estava sempre a demandar do filho universitário alguma ajuda. Entre os que trabalham, vários relatam ser o elemento de sustentação da casa.

Quanto às ocupações, os pais podem ser divididos em dois blocos. O primeiro é o daqueles que parecem integrar a categoria denominada por Mendes Pimentel de "vasto proletariado oficial dos empregados públicos", constituído de escrivães do crime, professores, funcionários da Estrada de Ferro Central do Brasil, contadores, condutores postais, tabeliães, funcionários dos correios, escriturários da prefeitura, maquinistas, entre outros.

Mesmo desses pais mais bem aquinhoados socialmente pouco se poderia esperar, como ilustra o caso do estudante de Direito J. M. Machado, 20 anos, solteiro, nascido em Belo Horizonte, filho de um funcionário público federal, que demandou com sucesso "aproveitar uma das dez matrículas gratuitas que a Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais concedeu à Caixa do Estudante Pobre", conforme seu pedido, efetuado em 10 de março de 1935:

Se recorro à "Caixa do Estudante Pobre" é porque tenho real necessidade de um auxílio.

Minha família, composta de 9 pessoas vive quase que milagrosamente com os vencimentos de meu Pai, reduzidos à metade pelo desconto mensal das prestações dos empréstimos contraídos no Instituto da previdência, na Sociedade Beneficente Postal e na Caixa Econômica. Com efeito ele deveria perceber mensalmente 866\$666, vencimentos correspondentes ao seu cargo de 2o. oficial.

Os números que se seguem esclarecerão melhor do que as palavras a situação de minha família:

Vencimentos mensais do meu Pai.....	866\$666
Prestação paga à Caixa Econômica	310\$000
Desconto da Previdência.....	40\$000
" " Sociedade Postal	63\$000
Monte Pio	20\$000
Total:.....	433\$000

Ora, 866\$666 menos 433\$000 é igual a 433\$666!

Do restante, 220\$000 destina-se ao pagamento do aluguel da casa. E agora, um ponto de interrogação, que só poderia ser respondido pelo silêncio, porque só os pobres, verdadeiramente pobres, estão a altura de o compreender.

De fato, como poderia viver uma família de nove pessoas, numa grande cidade, educando os filhos etc, com tão irrisória quantia de dinheiro? São os grandes dramas obscuros, vividos na realidade quotidiana de um lar paupérrimo. A luta surda e heróica, pelo "pão nosso de cada dia". As esperanças num futuro melhor para os filhos.

Este empréstimo que presentemente faço à "Caixa" será uma dívida sagrada para mim. Não ficarei tranqüilo enquanto não puder solvê-lo.¹⁴

O relato acima traduz a situação de parte daquelas famílias que faziam uso da assistência. Ele é ainda paradigmático, pois mostra os valores necessários para se fazer frente às necessidades básicas de uma família, por assim dizer, "privilegiada" entre as famílias cujos filhos se submetiam aos processos de solicitação de assistência.

O outro bloco é composto por pais que exerciam trabalhos manuais. Eles aparecem como lavradores e operários, sem maiores especificações. Seus filhos constituem a outra parte da população que demandava benefícios da Caixa, como bem ilustra o caso do itabirano filho de um lavrador falecido, R.A.S. Maia, 29 anos, solteiro, estudante de Direito,

¹⁴ Texto transcrito sem revisão.

auxiliado em diversas circunstâncias pela Caixa. No processo analisado, R. Maia afirma: “desejo matricular-me no 2º ano de Direito na Faculdade de Direito da UMG, e não disponho neste momento de recurso necessário, recorro à benemérita Caixa do E. Pobre para me auxiliar com o empréstimo da 1ª prestação, de matrículas de que ficarei muitíssimo grato”. Em sua justificativa, R. Maia dá a conhecer os seguintes fatos:

Nasci em Itabira de Matto Dentro de humilde lavrador conforme já disse linhas atrás. Cursei o Grupo Escolar¹⁵ de 1911-1914, tirando as melhores notas de aplicação e aproveitamento. Em fins de 1914 recebendo o diploma, com a inclinação de uma vida mais iluminada continuei a me esforçar. Mas extrema pobreza de recursos com que papai lutava era tal, que julguei várias vezes impossível. E assim, observando-me, filho de um operário, julgava não poderia passar além. Diante desta situação, e encarando assim a vida, procurei ver se era possível mudar a direção. Experimentei então vários ofícios modestos como alfaiate, seleiro, sapateiro, cangalheiro, padeiro, fui até vendedor de jornais, revistas e várias miudezas.

E assim levei nove anos de aventura na luta pela vida e não achando em quase nenhum destes campos um ponto de apoio seguro com que eu pudesse garantir a felicidade da família, até que em 20-1-923 o Sr. Ilmo. Trajano Procópio de Alvarenga Monteiro, fundando o seu Modelar Educandário, o “Ginásio Sul-Americano”, tive a fortuna de ser chamado pelo Sr. seu irmão, Raul de Alvarenga para copeirar. Logo que tive notícia da fundação, comeci a tecer as minhas demarches para me colocar no mais simples lugar afim de poder começar a estudar.

As minhas demarches, porém, de nada valeram, pois me dirigi a pessoas que nenhuma relação tinham com o fundador, mas estando a Terra Prometida, já era eu o candidato da preferência do Sr. Raul de Alvarenga, que encarregado de arranjar pessoal, me chamou de livre arbítrio para copeiro e faxineiro. Começada a matrícula daquele ano, em boa ocasião, apresentando-me a este Nobre Educador, o Sr. Trajano Procópio, fazendo um apelo a sua grande generosidade afim de aproveitando todas as horas vagas que me sobrassem para fazer alguns cursos, o Sr. Trajano, como qualquer de vós podereis perguntar-lhe me cedeu a matrícula nos do seu colégio como se eu fosse aquele filho pródigo que lhe aparecia naquele instante. Teve ele tão boa vontade para comigo como teve papai na minha criação.¹⁶

¹⁵ O estabelecimento denominado “grupo escolar” é que se encarregava do ensino relativo às séries iniciais, e o Ginásio, das séries complementares ao ensino fundamental.

¹⁶ Texto transcrito sem revisão.

Entretanto, naquela época, a simples afirmação da pobreza não bastava. Era necessário comprová-la e colocar-se à disposição da Caixa para uma "sindicância". Nomeava-se um sindicante que deveria entrevistar ao menos três pessoas "idôneas", indicadas pelo próprio solicitante, que fossem conhecedoras de sua situação financeira.

No caso do mesmo R. Maia, quem se declara conhecedor de sua situação financeira é o poeta Carlos Drummond de Andrade, que presta, de próprio punho, a inédita informação:

Conheço de longa data o requerente e posso informar ser verdadeiro tudo quanto alega. Trata-se de moço extremamente pobre, de origem humilíssima, trabalhador e dotado de grande força de vontade. O auxílio que lhe prestar a Caixa "Edelweiss Barcellos" será útil e meritório. Sem esse auxílio, não poderá ir avante. Considero o caso de Raimundo Maia típico do esforço individual que recorre contra toda espécie de circunstâncias desfavoráveis - meio, raça, físico, situação econômica, prejuízo social, etc. Ajudá-lo não seria, pois, ato de caridade, mas de cooperação e interesse social. E terá ainda o efeito de estimular aos que, como é ele, ocuparem a chamada mais infima e dala das etapas e levá-lo a um destino melhor. Para mim, não interessa saber se Raimundo tem muita ou pouca inteligência (o meu se pôde exprimir isso de todo estúpido pobre). Basta saber que é ele tem inteligência suficiente para montar a sua criação numa fazenda útil e fazer uma coisa que ninguém, que o conhece em meus, o julgaria capaz de fazer: um curso superior.

Faço assim o pedido de auxílio.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 1961.

Carlos Drummond de Andrade

Conheço de longa data o requerente e posso informar ser verdadeiro tudo quanto alega. Trata-se de moço extremamente pobre, de origem humilíssima, trabalhador e dotado de grande força de vontade. O auxílio que lhe prestar a Caixa "Edelweiss Barcellos" será útil e meritório. Sem esse auxílio, não poderá ir avante. Considero o

caso de R. Maia típico do esforço individual que reage contra toda espécie de circunstâncias desfavoráveis – meio, raça, físico, situação econômica, prejuízos sociais, etc. *Ajudá-lo não será, pois, ato de caridade, mas de cooperação e interesse social.* E terá ainda o efeito de estimular aos que, como ele, ocupam a camada mais ínfima e dela desejam elevar-se a um destino melhor. *Para mim, não interessa saber se R. tem uma grande inteligência (e nem se pode exigir isso de todo estudante pobre).* Basta saber que ele tem inteligência suficiente para orientar a sua vontade num fim útil e fazer uma coisa que ninguém, que o conheceu em menino, o julgaria capaz de fazer: um curso superior.

Faço meu o pedido de auxílio.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 1934.

Carlos Drummond de Andrade

O documento produzido por Carlos Drummond de Andrade surpreende por se contrapor à concepção, comum à época, de que apenas méritos incomuns ou capacidades intelectuais extraordinárias poderiam justificar tão grande ambição escolar por parte da população pobre. Contrapõe-se ainda à idéia de educação como um bem de luxo e não direito social. Por outro lado, percebe-se em seu texto a transposição da questão da esfera do exclusivo atendimento individual para o plano da “cooperação e interesse social”. É preciso chamar ainda a atenção para a lucidez e sensibilidade do poeta. Percebe-se no seu relato uma posição político-social que se instalaria na UFMG nesse período, o entendimento da necessidade social e política de se “assistir” o estudante pobre.

A esse respeito, percebe-se nas atas do Conselho Universitário do período um movimento quase consensual quanto à necessidade de se instituir a assistência ao estudante pobre, como demonstra a fala de Mendes Pimentel, ao dar notícia da criação, em 16 de novembro de 1929, da Associação Universitária Mineira, constituída de estudantes de todas as Escolas e Faculdades:

Um dos fins dessa sociedade é o de prestar assistência material aos rapazes que dela necessitam. O departamento de assistência é confiado a uma comissão, da qual farão parte, segundo os Estatutos, professores de todas as Faculdades; ele tem escrita própria e separada, de maneira a garantir que a renda com destinação a auxiliar a moços pobres não possa, em caso algum, ser distorcida para outro fim; visa assistir os moços necessitados, cujas condições de fortuna serão [...] averiguadas, proporcionando-lhes matrículas

gratuitas, dando-lhes tratamento em caso de doenças, fornecendo-lhes mesadas, fazendo-lhes empréstimos de honra (que serão pagos quando, no exercício da profissão, estiverem os ex-assistidos em situação de fazê-lo) etc.¹⁷

Pouco depois, quando das discussões dos estatutos da Universidade, aproveitando o clima favorável à institucionalização da assistência aos estudantes pobres, o professor José Baeta Vianna propõe uma nova redação para o artigo 101 do documento, que é discutida e aprovada conforme ata do dia 8 de novembro de 1931:

Artigo 101 Fica criada, com sede na Universidade, a secção de “Assistência aos Universitários”, com todas as divisões que constarem do seu regimento interno.

Parágrafo 1º O seu patrimônio será constituído de doações, subvenções e sobretudo pelas matrículas gratuitas, que serão consideradas empréstimos, devendo o beneficiado assinar no ato da concessão um termo de compromisso de honra, pelo qual se obriga a devolver à assistência, a importância equivalente ao favor, concedendo-se para isso um prazo nunca inferior a três anos, a contar da data da formatura.

O parágrafo 2º do mesmo artigo regulamenta a forma de gestão da assistência, reservando espaço de atuação para um estudante de cada escola. Em seguida, o professor Alfredo Balena, diretor da Faculdade de Medicina, propõe regulamentar o modo de se admitirem os alunos beneficiários da gratuidade, já que o professor Baeta Vianna “não fala no quantum”, pois acredita que a “admissão dos alunos gratuitos deve ser feita não de acordo com a subvenção, mas sim de acordo com o número de alunos”. Propõe, então, uma subemenda à emenda substitutiva do professor Baeta Vianna, dispondo que a matrícula gratuita não poderia exceder em 5% o número de alunos. Foram aprovadas a emenda e a subemenda.¹⁸

Em 1934, na discussão dos novos estatutos da Universidade, o artigo 94, parágrafo 4º, passa a ter a seguinte redação:

As medidas de previdência e beneficência (empreendidas pela Caixa do Professorado Universitário) serão extensivas aos corpos discentes

¹⁷ Livro de Atas I, UFMG, p.33-34. Belo Horizonte, 16 de novembro de 1929.

¹⁸ Livro de Atas I, UFMG, p. 104/105. Belo Horizonte, 8 de novembro de 1931.

dos institutos universitários, e nelas serão incluídas bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, *que se recomendem pela sua aplicação e inteligência*, ao auxílio instituído. (grifos nossos).

Todas essas iniciativas não passaram de letra morta, pois pouco ou nenhum efeito tiveram na prática. A demanda do estudante pobre nesse período foi atendida quase exclusivamente pela Caixa dos Estudantes Pobres Edelweiss Barcellos. As outras entidades recorriam rotineiramente à Caixa, repassando a ela as demandas recebidas, como atestam os pedidos de empréstimos, de matrículas gratuitas e outros encaminhamentos efetuados pela AUM.

O papel central da Caixa no atendimento ao estudante pobre talvez se explique pela positividade, pela clareza de objetivos e pelo empenho individual de sua diretora na aquisição de recursos, centrada na figura carismática, mas também detentora de capital social, da senhora Daisy Prates.¹⁹ Os documentos por mim identificados revelam uma gestão eficiente, segura, proba, criteriosa e rigorosa na distribuição dos recursos arrecadados para a manutenção do estudante pobre. Uma administração que mereceu, nas suas relações sociais e financeiras, a confiança das escolas que compunham a UMG.

Por outro lado, as formas de financiamento da Caixa, como mostram as anotações do Livro-Caixa,²⁰ não suportaram a crescente demanda e produziram um desgaste pessoal quase insuportável para os seus dirigentes, que eram obrigados a resistir a todos os tipos de pressão, efetuadas principalmente por “políticos”, “amigos” e “conhecidos”.

A Caixa era financiada basicamente por uma parca subvenção oferecida pela Universidade, no valor de 300 mil réis mensais; por doações e contribuições diversas; pelo convênio mantido com o Cine Brasil e outros, que aumentavam o preço do ingresso e repassavam à Caixa esse aumento; pelo reembolso dos benefícios e empréstimos concedidos; pelos festivais promovidos e numerosos “chás” denominados “Bola de Neve”.²¹

¹⁹ Não podemos nos esquecer de que a presidente da Caixa era filha de Lincoln Prates, emérito professor e diretor da Faculdades de Direito da UFMG.

²⁰ Trata-se do Livro-Caixa referente ao período de maio de 1932 a fevereiro de 1934. Arquivos DSG/UFMG.

²¹ Ao todo tenho anotados 150 chás, com registros bastante precisos do local de realização, dos participantes e contribuições arrecadadas, conforme documentos dos arquivos DSG/UFMG.

Essas formas de financiamento e o modelo de atuação da Caixa, entretanto, davam sinais de esgotamento já em 1935. A demanda diminuiu drasticamente com relação aos outros anos, renunciando-se, segundo os documentos encontrados, o saturamento de suas possibilidades. Ainda assim, a Caixa atenderia a 47 estudantes pobres, principalmente por meio de matrículas gratuitas, oferecidas pelas diversas Escolas. Observa-se ainda que a maioria dos atendidos nesse ano era constituída por estudantes pobres que já vinham obtendo, em outros momentos, os benefícios da Caixa.

Com o fosso deixado pela Caixa, ressuscitou-se aquela assistência pensada por Baeta Vianna em 1931. E sua idéia era a de que se organizasse uma assistência que abrangesse um leque maior de estudantes e que fosse contínua e menos seccionada do que aquela oferecida pela AUM, afetada pelas constantes mudanças de direção; ou mesmo uma assistência que se diferenciasse de iniciativas próximas da filantropia, embora de importância e enorme sucesso, como a da CEPEB.

A assistência desenvolvida pela CEPEB parece ter “desobrigado” a Universidade de implementar de forma realística aquela assistência idealizada pelo professor Baeta Vianna. Não é sem razão que a saída de cena da Caixa dos Estudantes Pobres permitiu, em 1936, a aprovação dos estatutos da Assistência aos Universitários Mendes Pimentel.²² Para a presidência do órgão foi eleito, por unanimidade, na sessão do dia 18 de novembro de 1936, o professor Baeta Vianna, que comandou a assistência aos universitários até o ano de 1953, época em que a Assistência encerraria seus movimentos, retomando-o em meados de 1960, com novas propostas assistenciais, fundadas em outros parâmetros de financiamento e, até mesmo, gerenciamento (Leão, 1995).

A partir de 1936, a assistência aos universitários comandada por Baeta Vianna, que, no início, se ocupava basicamente com o “movimento de matrículas gratuitas” e o “movimento de assistência médica e hospitalar”, responsabilizando-se por internamentos em hospitais e sanatórios, medicamentos, exames, raios X e honorários médicos, expande-se bastante e constrói paulatinamente um patrimônio imobiliário que assegurará uma sobrevida às suas atividades assistenciais.

Por outro lado, tratava-se de um atendimento quase exclusivo ao estudante de Medicina, como a própria Assistência reconhece no

²² Livro de Atas II, UFMG, p.68. Belo Horizonte, 22 de agosto de 1936.

Relatório de Prestações de Contas de 1952, quando 50,8% dos atendidos eram estudantes do curso médico.²³

Se, por um lado, evidencia-se um esforço para a ampliação da assistência, por outro (a partir das atas e relatórios consultados), em função das ligações profissionais e pessoais que o professor Baeta Vianna mantinha com a Faculdade de Medicina, fica clara a “facilidade” de uma maior aproximação dos estudantes de Medicina com a AUMP. Nada se encontrou que comprovasse serem os estudantes do curso médico mais pobres ou necessitados que o conjunto dos outros estudantes.²⁴

Mesmo com a Assistência organizada e sob certo controle, identifica-se nos relatórios que prestam conta da administração do professor Baeta Vianna uma queixa constante sobre a impossibilidade de atender à demanda dos estudantes pobres, em função da falta de repasse do valor das matrículas gratuitas estipuladas pelo Conselho Universitário (5% do total de matrículas por escola). Registram-se também reclamações contra o sistemático atraso na transferência das taxas arrecadadas de cada estudante no momento da matrícula.

Os números contidos nos relatórios de prestação de contas dos anos 1940 a 1952 demonstram que a preocupação do professor Baeta Vianna tinha fundamento. A partir de 1942, a quantidade de matrículas gratuitas decresce, mesmo com um aumento visível no número de matriculados, em um movimento inverso ao prefigurado pelo Conselho Universitário. Por outro lado, o quadro assinala, inicialmente, a queda do movimento e, posteriormente, o fim do Departamento Escolar, com a federalização da Universidade em 1949 e a drástica redução das taxas escolares, que se extinguirão com a atitude pioneira da aprovação do ensino gratuito na UFMG em 1951.

Para este trabalho, interessado na presença de estudantes pobres no ensino superior e, especialmente, na UFMG, os dados da CEPEB e da Assistência aos Universitários Mendes Pimentel são fundamentais. Reafirmam todo um movimento institucional efetuado a partir da constatação da presença de um tipo de estudante que destoava do

²³ Relatório de Prestação de Contas da Assistência aos Universitários Mendes Pimentel, 1952, p.3.

²⁴ Paradoxalmente, os números contidos nos relatórios permitem afirmar que a Escola de Medicina aparece como aquela que ofereceu a menor taxa (em média) de matrículas gratuitas: 3.65%. Como afirmei anteriormente, os estudantes de medicina consumiam 50% dos recursos da Assistência.

conjunto discente na cena universitária, um movimento que evolui de ações filantrópicas apoiadas no empenho individual de seus dirigentes para uma assistência mais abrangente, de pretensões universalistas, que dependia tanto do reconhecimento das necessidades dos assistidos como do jogo de forças estabelecido entre os dirigentes de Escolas e Institutos integrantes da Universidade. E, neste caso, a presença marcante de um “professor-instituição” como Mendes Pimentel, em um dado momento, e, em outro, do professor Baeta Vianna garantia um certo equilíbrio no jogo. Tanto isso parece ser verdade que, após a saída de Baeta Vianna da direção da Assistência em 1953, as atividades assistenciais ficarão paralisadas por mais de uma década.

Mas o movimento para estabelecer as condições de acolhimento dos “desprovidos de fortuna” não se deu de forma tranqüila. Observa-se nos dados organizados pela Assistência Universitária Mendes Pimentel uma resistência das Escolas em cumprir as determinações do Conselho Universitário, naquilo que se refere à abertura de vagas para o jovem pobre na proporção de 5% dos estudantes matriculados e ao repasse da verba arrecadada no momento da matrícula e destinada à Assistência. Essa resistência, na avaliação daqueles que gerenciavam a Assistência, impedia que um número maior de “moços” tivesse suas necessidades atendidas na Universidade.

Por outro lado, o estudante pobre atendido pela Assistência é um estudante sem rosto, sem identidade. É um número no mundo das estatísticas. Ao contrário dos documentos da Caixa, os documentos encontrados referentes à Assistência não oferecem a possibilidade de reconstituir a trajetória social e escolar do sujeito atendido por ela. Essa despreocupação com o registro sistemático dos atendidos será uma característica marcante e empobrecedora da Assistência aos Universitários Mendes Pimentel e de sua herdeira, a Fundação Universitária Mendes Pimentel: daqueles tempos aos nossos dias, a assistência oferecida é uma assistência sem bases científicas. Estas, se fossem adotadas, possibilitariam o aperfeiçoamento dos serviços de assistência, como também contribuiriam para o conhecimento e a ação das instituições na construção daqueles sujeitos sociais.²⁵

²⁵ Por mais que se queira, a Universidade também não escapa a esse tipo de crítica. Ao delegar a assistência ao estudante pobre para a FUMP, abdicou historicamente de construir conhecimento sobre esse tipo específico de estudante, que, como se mostrou, de um forma ou de outra, adentra seus pátios e não pode, sob o risco de uma generalização, ser tratado como um “igual”.

Para concluir, pode-se dizer que o movimento de aceitação do estudante pobre na UFMG foi lento e complexo, enfrentou resistências do conjunto das escolas integrantes dessa Universidade e esteve vinculado, inexoravelmente, à ação de “sujeitos-instituição” como Mendes Pimentel e Baeta Vianna, suficientemente respeitados pelos seus pares e capazes de jogar o jogo institucional. Esse movimento tem, ainda, na ação solidária dos jovens estudantes filhos de uma burguesia em formação na capital mineira, detentores de um capital social que facilitava suas ações no mercado de doações necessárias à manutenção da Caixa dos estudantes Pobres Edelweiss Barcellos, um exemplo de ação prática que proporcionou a consolidação de uma assistência institucionalizada como a da Fundação Universitária Mendes Pimentel. A assistência de hoje, mais do que dádiva, é fruto do engajamento direto de sujeitos que reconheceram que o acesso e a permanência de estudantes pobres na Universidade era, sim, um direito e que era obrigação da instituição “inventar” formas que favorecessem o exercício desse direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. *Os despossuídos*. Crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- AFONSO, Elza Maria Miranda; DERZI, Misabel de Abreu Machado. *Dados para uma história da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1977. v. 2.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- DERZI, Misabel de Abreu Machado. *Dados para uma história da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1976. v. 1.
- HILSDORE, M. Lúcia S.. A série *ofícios diversos* do arquivo do estado de São Paulo como fonte para a história da educação brasileira. In: VIDAL, Diana Gonçalves & SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de (Orgs.). *A memória e a sombra*. A escola Brasileira entre o império e a república. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. *República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909/1934)*. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA MENDES PIMENTEL. *Perfil socioeconômico e cultural dos alunos de graduação da UFMG*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

LEÃO, Maria Ângela Machado. *O serviço social na FUMP: a institucionalização da assistência ao universitário*. Belo Horizonte, Fundação Universitária Mendes Pimentel, 1995. Documento interno.

MORAES, Eduardo R. Affonso. *História da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1971. v. 1 e 2..

NAVA, Pedro. *O círio perfeito*. Memórias 6. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. *A assistência ao universitário na UFMG*. Belo Horizonte, 1998. Mimeografado.

PIMENTEL, Francisco Mendes. *O conflito de 18 de novembro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1931.

PIMENTEL, Francisco Mendes. *Jornalista e político, professor, jurista*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1949.

PORTES, Écio Antônio. *Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG – um estudo a partir de cinco casos*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho*. Um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Autores Associados, 1996.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. As organizações populares e o significado da Pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Recebido: 10-3-05

Aprovado: 10-9-05